

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### Direito à Cidade e à Moradia desafios para a Região Metropolitana de São Paulo

#### Autor(res)

Thiago Luiz Sartori

Maria Márcia Aires Da Silva Arruda

José Ivaldo De Melo Machado

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

#### Introdução

Para a ONU, até 2050, as populações urbanas duplicarão; sendo um dos fenômenos sociais mais transformadores do século XXI, trazendo sérias repercussões nas interações socioeconômicas e profundos impactos humanitários e ambientais; um enorme desafio para os Estados, a Sociedade e a sustentabilidade do planeta.

No Brasil, o Censo IBGE-2022 mostra que, na cidade de São Paulo, a quantidade de imóveis desocupados é mais de 10 vezes maior que o de pessoas em situação de rua; assim, para os cerca de 48 mil desabrigados há 588 mil domicílios vazios.

A pesquisa apontou que os domicílios desabitados na cidade dobraram em 12 anos; e que os imóveis vagos já superam o déficit habitacional. Quantificou, ainda, que os domicílios particulares, desocupados ou subutilizados, excedem 675 mil unidades habitacionais. Em resposta, o prefeito estima que são necessários 400 mil domicílios, para suprir a demanda atual de moradia na capital paulista; e sublinha que habitação é um tema fundamental.

#### Objetivo

O presente trabalho busca discutir as causas da desigualdade entre o número de habitações ociosas e o déficit habitacional na Região Metropolitana de São Paulo; analisando as medidas políticas e jurídicas, disponíveis e possíveis, para o enfrentamento o tema do Direito à Cidade e do Direito à Moradia.

#### Material e Métodos

No trabalho será realizada uma revisão bibliográfica de textos e pesquisas sobre o tema; bem de um estudo da evolução histórica, sociológica, política, legislativa e jurisprudencial do Direito à Cidade e à Moradia.

Utilizando o método hipotético-dedutivo, de Popper, se buscará realizar uma análise com o objetivo de avaliar a efetividade do Direito à Cidade e do Direito à moradia na Região Metropolitana de São Paulo..

#### Resultados e Discussão

Se Identificou demora na positivação do direito à Moradia e implementação de políticas públicas.

Ainda que, desde 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, garantissem o direito à moradia, apenas em 1988, com a Constituição Federal (art. 183), positivou vislumbre de tal direito; mesmo assim, apenas em 2000, a EC nº 26 viria a somar o

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Direito à Moradia ao rol dos Direitos Sociais do art. 6º.

Em 2001, a regulamentação do Direito à Moradia teria início, com a edição da Medida Provisória 2220, com revezes, pois sua constitucionalidade seria reconhecida apenas em 2013 (ADI nº 0041454-43.2012.8.26.0000).

Em 2017, foi editada a Lei Federal 13.465, regulamentada pelo Decreto Federal 9.310/2018; dando nova redação à MP 2220 e ressinificando o conceito de detenção para moradia.

Porém, o Judiciário ainda recalitra contra tal paradigma; sendo urgente abandonar entendimentos já superados (Súmula 619 do STJ).

### Conclusão

O Direito à Cidade e o Direito à Moradia, positivados na Constituição e ampla legislação ainda carecem de vontade política, por meio de políticas públicas eficazes capitaneadas pelo Executivo; bem como que o Judiciário deixe para trás velhos dogmas e conceitos, já superados, desenvolvendo nova jurisprudência sobre o novo paradigma legislativo, estabelecido desde a Emenda Constitucional 26/2000, Estatuto da Cidade, Medida Provisória 2220/2001, Lei da REURB/2017 e o Decreto Federal 9.310/2018.

### Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). \_10/03/2024

\_\_\_\_\_. Decreto Federal 9.310/2018. Brasília. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/d9310.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9310.htm). \_10/03/2024.

\_\_\_\_\_. Lei Federal 13.465/2017. Brasília. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm). \_10/03/2024

\_\_\_\_\_. Medida Provisória 2220/2001. Brasília. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2220.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm). \_10/03/2024.

STABILE, Arthur. Número de domicílios vagos na cidade de SP dobra em 12 anos e supera déficit habitacional. Portal G1, 2023. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/30/numero-de-domicilios-vagos-na-cidade-de-sp-dobra-em-12-anos-e-supera-deficit-habitacional.ghtml>. \_10/03/2024.

Súmula 619 do STJ. <https://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/sumstj/article/view/5048/5175>. \_10/03/2024.